



REALIDADES CONTEMPORÂNEAS: CULTURA(S) BRASILEIRA(S) EM REFLEXÃO

 **Nilton Paulo PONCIANO***

RESUMO

O presente artigo, resultado da conferência de abertura do I Colóquio Transdisciplinar do Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, pretende discorrer sobre uma epistemologia para a cultura. Assim, busca explorar a análise teórica do conceito de fronteira em diálogo com os estudos literários a partir de determinada realidade brasileira – a realidade amazônica.

Palavras-chave: Cultura brasileira. Fronteira. Realidade contemporânea.

INTRODUÇÃO

Quero, primeiramente, agradecer os organizadores do I Colóquio Transdisciplinar de Pesquisa em Literatura pelo convite para pronunciar a conferência de abertura, intitulada, “Realidades contemporâneas: cultura(s) brasileira(s) em reflexão”. Agradecimento que estendo à professora doutora Valéria Pereira, pelos anos de convivência e pelo aprendizado constante que empreendemos juntos. Inicialmente, de maneira convencional, entre os corredores acadêmicos, cuja troca gerou a publicação **Partilhar o saber, formar o leitor...**, passando, depois, por longas conversas à mesa da cozinha e, nos últimos anos, por meio de encontros virtuais. Não obstante, quero registrar que a honra de participar deste evento nivela-se à responsabilidade de abordar uma temática de difícil apreensão.

* Doutor em História, linha Religiões e Visões de Mundo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

PROVOCAÇÃO

A conferência foi organizada em dois movimentos: no primeiro movimento, pretendo explorar uma epistemologia para a cultura. Intitulo este, **Provocação**. No segundo movimento, procuro explorar a análise teórica do conceito de fronteira em diálogo com os estudos literários. Intitulo este movimento **Possibilidade de fazer ciência**. Lembro, ainda, que esta fala é de um historiador estudioso da cultura em sua diversidade sociohistórica, na qual a temporalidade narrativa e histórica, com seus espaços migrantes, é a tônica mais significativa.

A cultura – como campo de estudo – apresenta, em seu postulado, o ser humano como objeto de conhecimento, como resultado de sua cultura, como um ser que está no mundo devido à sua adaptação genética/biológica, e também, à sua adaptação cultural. Assim, o estudo da cultura atenta para o ser humano como um ser cultural, em detrimento dos estudos que o consideram somente em seus aspectos biológicos. Nesta especialização, privilegia-se o olhar para o ser humano como expressão das atividades que ele realiza para organizar a sua vida.

De maneira geral, podemos definir como campo de atuação dos estudos culturais contemporâneos, mesmo conscientes de que tal definição é ampla, tudo o que diz respeito ao processo de hominização; ou seja, os modos de produção econômica dos seres humanos, suas organizações políticas, seus sistemas jurídicos, seu desenvolvimento tecnológico, suas técnicas, suas relações de parentesco, suas línguas, suas artes, seus sistemas de conhecimento, suas religiões, suas psicologias, suas construções simbólicas, suas representações, seus comportamentos, independentemente do fato de serem sociedades "avançadas", "periféricas" ou "semiperiféricas" (LAPLANTINE, 2007).

Não obstante, convém observar que o estudo da(s) cultura(s) não se reduz a um levantamento dos sistemas suprapontados, uma vez que a preocupação deste campo de estudo consiste em compreender como são construídas as relações entre os diversos sistemas sociais produzidos pela sociedade; como se constroem as relações entre o indivíduo e o coletivo; e como, destas relações, sobressaem

as características que identificam culturalmente uma sociedade, um indivíduo, um grupo social, uma comunidade.

Além disso, o processo de hominização perpassa tanto a adaptação biológica do ser humano ao meio ambiente, quanto o processo de apropriação cultural, visto que incumbe à cultura a responsabilidade de parte da adaptação do homem ao ambiente. Com tal afirmação, o que busco é demonstrar que a cultura exerce papel central no processo em que o ser humano se adapta ao meio, principalmente, no que tange à adaptação dele às suas necessidades, isto é, o ser humano (enquanto ser cultural) transforma o meio no interior do processo no qual é também transformado pelo mesmo.

A noção de cultura revela-se, então, de primeira ordem para compreendermos os sistemas sociais. Todavia, ela sempre foi objeto de debates no meio acadêmico e, para qualquer aceção dada à cultura, seja em um âmbito universal seja na dimensão de uma preocupação particular, haverá controvérsias. E o que há de consenso, atualmente, no meio acadêmico, é a compreensão de que a visão etnocêntrica de cultura foi superada pelas diversas tendências da antropologia contemporânea, assim como também as noções de cultura inferior, cultura superior, cultura atrasada, cultura avançada, sujeito sem cultura.

Argumento que um sentido de cultura deve levar em consideração o caráter unitário e a integralidade, enfatizando como estes dois termos elucidam o modo e a dinâmica do complexo cultural (BERNARDI, 1988).

Se pensarmos, em relação ao indivíduo, podemos indagar sobre sua inserção social, sobre os valores que o fazem se sentir pertencente a determinado grupo social e sobre como estes valores o fazem se identificar com tal grupo social. Em relação à sociedade, a cultura pode ser estudada, a partir de um complexo unitário, sob a condição de ser um organismo histórico e diacrônico. Por esta visão, a cultura perpassa os valores transmitidos pelos pais, na tradição que caracteriza o ser humano e nos valores que justificam ser uma sociedade diferente de outra. Aqui, devemos observar que a cultura não é considerada algo estanque

e sem movimento, ao contrário, a cultura, na presente perspectiva, é algo vivo, dinâmico, que sofre interferências de outras culturas, todas as vezes que os seres humanos se relacionam socialmente. A cultura não é um "... *acervo amorfo de valores, mas, um todo coordenado e sistematicamente integrado*" (BERNARDI, 1988, p.25).

Partindo deste princípio, estudar a perspectiva da cultura é considerar seu processo de integração e de formação, a sua ação sobre a formação da personalidade do indivíduo, a sua contribuição no processo de constituição do comportamento dos grupos humanos, bem como nos processos de transformação.

Vejamos, nas palavras de Denys CuChe (1999), como a noção de cultura contribui para analisarmos a sociedade por outro prisma:

A cultura se revela, então, o instrumento adequado para acabar com as explicações naturalizantes dos comportamentos humanos. A natureza, no homem, é inteiramente interpretada pela cultura. As diferenças que poderiam parecer mais ligadas a propriedades biológicas particulares, por exemplo, a diferença de sexo, não podem ser jamais observadas "em estado bruto" (natural) pois, por assim dizer, a cultura se apropria delas "imediatamente": a divisão sexual dos papéis e das tarefas nas sociedades resulta, fundamentalmente, da cultura e, por isso, varia de uma sociedade para outra (CUCHE, 1999, p.11-12).

Nessa perspectiva, passo a indagar: como se apropriar da cultura enquanto objeto de pesquisa? quais respostas são buscadas, ao analisar a sociedade pelo viés da cultura? quais caminhos o pesquisador deverá percorrer e como deverá proceder?

Sabemos que, em todas as disciplinas autônomas, a construção do conhecimento é baseada em uma pluralidade de teorias, de métodos, de metodologias e de técnicas, logo, podemos sugerir que o conhecimento científico do início do século XXI não é unívoco. Pelo contrário, é um conhecimento tecido por inúmeros caminhos já desenvolvidos ou em desenvolvimento, os quais compõem o corpo de qualquer disciplina do conhecimento científico e, em especial, o das Ciências Humanas. Por razões de tempo e de espaço, aqui,

vamos introduzir apenas algumas preocupações relacionadas ao estudo da cultura.

Franz Boas desenvolveu, a partir do final do século XIX, nos Estados Unidos, uma proposta epistemológica inovadora, ao estudar as comunidades tradicionais norte-americanas, recorrendo ao procedimento etnográfico. Boas se preocupava com o particular de uma comunidade, argumentava que os grupos humanos diferenciam-se em razão das peculiaridades culturais e não das especificidades raciais, desenvolvendo, assim, uma concepção particularista de cultura, em contraposição a um conceito dominante na época – e o de raça – que tinha sua gênese baseada na Biologia.

O enfoque da antropologia cultural de Boas estava no comportamento dos indivíduos, que revelava os valores culturais da sociedade à qual pertenciam. Assim, o campo de investigação para Boas era o social; porém, a partir dos elementos comportamentais de cada indivíduo. O método deste pólo teórico de conhecimento é o etnográfico, ancorado na análise comparativa. Nesta ordenação epistêmica, o social é apreendido pela análise do comportamento individual, na observação do comportamento de um indivíduo de determinado grupo, diante da morte, do nascimento, do trabalho, do lazer etc., pois tais elementos revelam a cultura da sociedade à qual ele pertence. Em princípio, o que é especificamente humano não é a divisão social do trabalho (as abelhas também organizam o trabalho hierarquicamente) ou outra forma de relação de produção, de exploração, de dominação, mas, em Boas, é a comunicação cultural que se dá através de símbolos, reveladas nas elaborações rituais que os manifestam (LAPLANTINE, 2007, p.121).

É com Boas, Bastide, Williams, a antropologia norte-americana (Escola de Chicago) entre outros nomes, que a concepção de cultura ganha outra dimensão e definição dinâmica, valorizando as situações nas quais as relações entre as culturas se encontram. Estas relações passam a ser entendidas não como algo que se transmite harmoniosamente; todavia, como uma construção sociohistórica, ou seja, as culturas nascem das relações sociais das coletividades e em uma dada situação.

Vemos, pois, as culturas produzirem hierarquias que resultam das hierarquias sociais. Não há como estudar a cultura, se não estudarmos o social, assim também não estudamos as culturas como se todas fossem reconhecidas socialmente com o mesmo critério de julgamento (CUCHE, 1999).

As culturas se revelam nos conflitos construídos por atores sociais que se relacionam desigualmente na sociedade; contudo, atentamos para o risco que uma análise simplista da cultura nos leva a incorrer, qual seja, pensarmos com um julgamento de valor preconcebido, extrapolando uma proposta metodológica e atuando como um sujeito político.

Do ponto de vista da análise cultural, supor que, na sociedade, as relações culturais serão determinadas numa relação de mão única é uma visão simplista e deformada, uma vez que não podemos estudar a cultura como estudaríamos as relações sociais, pois estas impõem pela força a dominação de um grupo sobre o outro, de um indivíduo sobre o outro etc.; ao passo que as relações culturais, por mais desiguais que sejam e socialmente construídas, são produções simbólicas que não causam os mesmos efeitos na sociedade, como a dominação produzida pelas relações sociais. Podemos observar que as culturas se produzem e se reproduzem em um espaço/tempo, cujo “jogo de forças” é uma constante e que elas constroem resultados pelos quais podem inverter a lógica simplista da sobreposição do mais forte sobre o mais fraco, pois, como registra Cuche: “... *sofrer a dominação cultural, não significa necessariamente aceita-la*” (CUCHE, 1999, p.146).

É com esta provocação que inicio o segundo movimento da presente conferência, qual seja: explorar a análise teórica do conceito de fronteira considerando os estudos literários a partir de determinada realidade brasileira – a realidade amazônica.

POSSIBILIDADE DE FAZER CIÊNCIA

A partir da segunda metade do século XX, o olhar acadêmico sobre a Amazônia deixou de centrar-se nas análises hegemônicas e passou a valorizar os

aspectos múltiplos de suas sociedades, considerando as diversas manifestações da ação humana em sua trajetória. A ampliação de tal olhar pode ser alcançada em alguns trabalhos já realizados que desconstruem a visão centrada na linearidade e na unidimensionalidade, como a obra de Marilene Corrêa da Silva, “*O Paiz do Amazonas*” (2004), na qual discute a formação da sociedade amazônica entre os séculos XVI e XIX, levando em conta três modelos de sociedade que se entrecruzam: a lusitana, a brasileira e a indígena.

Outro exemplo que supera um esquema interpretativo geral de caráter estanque e uniforme são os trabalhos do antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho. Em seu texto “*O caboclo e o Brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX*” (1979), fica clara a análise sob o prisma da fronteira ao se discutir a produção da borracha nas relações entre o específico e o geral, partindo dos estudos etnográficos dos seringais e observando o micro sem deixar de dialogar com o macro. Registra João Pacheco que estudar a produção e a comercialização de seringa na Amazônia requer estudar o seringal, segundo duas funções interdependentes: a ocupação de novas terras e a sua subordinação à economia de mercado no processo de colonização da região, especialmente na segunda metade do século XIX e no início do seguinte.

A publicação do livro “*As Amazônias do Século XXI*” (2008), organizado pelos pesquisadores Sérgio Rivero e Frederico G. Jayme Jr., também evidencia estudos que destacam a região como um espaço social heterogêneo. Os autores abordam as diversas estruturas produtivas, os inúmeros atores econômicos, os recursos naturais, suas infraestruturas e seus indicadores sociais em suas dimensões econômicas, demográficas, sociológicas e culturais. E, ainda, pensam a dinâmica do desenvolvimento da Amazônia em suas diversas possibilidades. Neste sentido, notamos que os estudos sobre a Amazônia desenvolveram um enfoque multidimensional e ganharam notoriedade acadêmica, tornando-se tema central nos debates sobre os rumos da região amazônica no século XXI.

Além disso, a discussão sobre a ocupação da Amazônia tem recebido vieses interpretativos de diversas áreas do conhecimento. Desde o olhar literário, às interpretações econômicas, geográficas, sociais, culturais, históricas, antropológicas etc. Na maioria dos trabalhos, observamos uma análise que valoriza a plasticidade histórica da região pelo viés da pluralidade, sobressaindo-se as relações intermitentes entre o capital e o regional, as relações de interdependência de grupos étnicos, a apropriação cultural, os conflitos linguísticos, entre outros. Contudo, o que se destaca nesses estudos é a peculiaridade da região amazônica quanto à sua incorporação pelo sistema econômico capitalista, pois a Amazônia não se transformou, como outras regiões brasileiras, em elemento subsumido pelas relações capitalistas de produção. Isso denota o sentido de a Amazônia ser considerada, ainda, como a última fronteira. Nos dizeres de João Antônio de Paula (2008, p.25):

Ao contrário das outras fronteiras brasileiras que, ao longo do tempo, o capital criou e esgotou integralmente, transformando-as efetivamente em instrumento de acumulação do capital, a Amazônia permanece, em grande medida, ainda um grande e diversificado reservatório de valores de uso, não necessariamente condenados à apropriação capitalista.

É considerando tal representação da Amazônia que podemos pensar o conceito de fronteira. E por que não: a relação sociedade e literatura? Senão vejamos, a Amazônia apresenta, 1) elementos sociais que caracterizam um cenário de conflitos no limiar entre o que é legal e o que é legítimo, entre o indivíduo e a pessoa, entre as populações indígenas, as populações caboclas e a sociedade nacional; 2) os *locus* nos quais diferentes agrupamentos sociais manifestam suas formas de resistência, de exploração, de violência, de abnegação, de simbiose, de articulação, de desejos e de frustrações, de formas de lutas; 3) cenários distintos que estão, inexoravelmente, entremeados, i.é., sociedades que se estabeleceram à margem da economia de mercado e que se relacionam com esta por meio de migalhas, entre cortes e recortes. E, também, porque a fronteira “[...] é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e

da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.” (MARTINS, 2014, p.11).

É neste ponto que eu gostaria de ousar, correndo o risco de ser ingênuo, pois há estudos fecundos que revelam a relação entre sociedade e literatura e, também, sem a pretensão de ser imperialista, como observa Antonio Cândido (2006). Contudo, acredito que o conceito de fronteira emerge para a discussão de dois campos – a literatura e a história – pois revelam os conflitos humanos, suas condições sociais e seus sistemas simbólicos de comunicação.

Neste modelo, a fronteira deve ser interpretada enquanto uma análise teórica que define proposições na sua forma de investigação. Para tanto, convém lembrar o antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho (1979), para quem a fronteira é marcada sob o prisma do movimento, pela presença de diversos atores, pelos usos da terra e pelas formas de trabalho aplicadas a terra.

Pensar uma análise do ponto de vista de fronteira é supor uma complexidade social de tempos diferentes, mas que integram uma única totalidade, visto que a fronteira dimensiona os diferentes tempos e ritmos de uma dada realidade. Esta realidade, constituída por uma miríade de realidades, só se integra à análise ao considerar a articulação existente entre o local e o global, partindo de modelos teóricos que superem os enfoques reducionistas.

Assim, a fronteira, enquanto modelo de investigação, considera o real como uma totalidade composta por partes que apresentam formações com variáveis que vão da aproximação com outras partes às variáveis independentes. Os fenômenos sociais, sob a ótica da fronteira, não apresentam leis monológicas, não apresentam construções hipotéticas *a priori*, ou seja, não apresentam, necessariamente, o pioneiro, a terra livre, o trabalho forçado, a propriedade privada etc. como elementos que completam uma paisagem sincronicamente marcada. A natureza da investigação sob o modelo de análise teórica da fronteira possibilita compreender os sistemas socioculturais a partir de um mergulho nessas

realidades, levantando-se compreensões do real conforme os jogos de escala do pesquisador.

Como, então, lidar com tal modelo de investigação pensando a literatura? Como pensar a arte sem prendê-la em esquemas deterministas? Como estudar a produção literária sem reduzi-la a uma perspectiva binária e *a-priori*?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A esta discussão, acredito eu, não cabe uma resposta simples e ligeira. Nós deixamos, então, a conclusão desta conferência aberta para instigar futuras pesquisas, considerando as preocupações de Antônio Cândido, para quem: “... *a literatura, como fenômeno de civilização, depende, para se constituir e caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais. Mas, daí determinar se eles interferem diretamente nas características essenciais de determinada obra, vai um abismo, nem sempre transposto com felicidade.*” (CÂNDIDO, 2006, p. 21)

CONTEMPORARY REALITIES: BRAZILIAN CULTURE(S) IN REFLECTION

This article, the result of the opening of the first Conference of the Transdisciplinary Colloquium Masters program in letters of the Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, intends to discuss an epistemology for the culture. So, search explore the theoretical analysis of the concept of borders in dialogue with the literary studies from certain brazilian reality – the reality of Amazonia.

Keywords: Brazilian Culture. Border. Contemporary reality.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

FREITAS, Marcílio de. Amazônia: uma sucinta apresentação. In: _____; SILVA, Marilene Correa da; BARROS, Marcos. **Diálogos com a Amazônia**. Manaus: Valer, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, E. (Org.). **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAULA, João Antônio de. Amazônia: fronteira e acumulação de capital. In: RIVERO, Sérgio; JAYME Jr., Frederico G. (Org.). **As Amazônias do século XXI**. Belém: EDUFPA, 2008.

PEREIRA, Valéria e PONCIANO, Nilton. **Partilhar o saber, formar o leitor**: conversas entre a escrita, a história, narrativas e leituras, na perspectiva da cultura. YUNES, Eliana. (Apresentação). Dourados/MS: Editora da UFGD, 2012.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Valer, 2004.